

COP16

CALI • COLOMBIA

Paz con la Naturaleza

ICMS Verde: Incentivos Fiscais para a Sustentabilidade e Conservação Ambiental em Alagoas

Gino César Meneses Paiva - Secretário de Estado
do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Secretaria de Estado do
Meio Ambiente e dos
Recursos Hídricos



ABEMA
Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente



Leis e Decretos Ambientais em Alagoas

- **Leis e Decretos Ambientais em Alagoas (2022-2024)**
- **1. Decretos**
- **Decreto n.º 77.618/2022: Cria o Comitê Estadual dos Catadores e regulamenta o Programa Alagoas Catador.**
- **Decreto n.º 93.665/2023: Regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Alagoas.**
- **Decreto n.º 93.740/2023: Disciplina a implementação da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PROPSA), com base na Lei Federal n.º 14.119/2021, incluindo a criação do Cadastro Estadual de Projetos de PSA.**
- **2. Leis**
- **Lei n.º 9.304/2024: Institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, direcionando esforços para mitigação e adaptação climática.**
- **Lei n.º 9.360/2024: Autoriza a criação da Política Estadual de Hidrogênio Verde em Alagoas, que incentiva o desenvolvimento de energia sustentável no estado.**
- **Lei n.º 9.312/2024: Implementa a Política Estadual de Meio Ambiente, abrangendo diretrizes gerais para a proteção, recuperação e conservação ambiental.**
- **3. Legislação Anterior Regulamentada**
- **Decreto n.º 61571/2018: Regulamenta o art. 4º da Lei Estadual n.º 7.749, de 13 de outubro de 2015, que trata da criação do Sistema de Informação Estadual de Resíduos Sólidos.**

Introdução ao ICMS Verde

O ICMS Verde é uma ferramenta de incentivo ambiental que repassa um percentual do ICMS aos municípios que implementam práticas sustentáveis. Em Alagoas, 3% do ICMS é distribuído aos municípios que atendem a critérios ambientais específicos.

Embora o percentual alocado seja inferior ao de estados como o Paraná (5%), que destina um percentual maior para critérios ambientais, Alagoas pode buscar um diferencial focando em um viés social para fortalecer o impacto positivo dessa política nas comunidades locais.

Critérios para Distribuição do ICMS Verde:

- 1% para Municípios com Unidades de Conservação:
- Caráter Social: Investimentos nessas áreas podem favorecer o ecoturismo e a geração de empregos, incentivando o desenvolvimento econômico sustentável.
- 1% para Municípios com Programas de Coleta Seletiva:, especialmente em parcerias com cooperativas de catadores.
- 0,5% para o Manejo de Resíduos Sólidos Adequado: Esse valor é destinado aos municípios que comprovem a destinação correta de resíduos em aterros sanitários.
- 0,5% para Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico: Esse critério apoia municípios que desenvolveram e implementaram um Plano Municipal de Saneamento Básico, condição vital para a saúde e o bem-estar das comunidades.

Estratégias para sensibilizar os municípios e Fomentar investimentos em pautas ambientais

Campanhas de Educação e Conscientização Ambiental: Aumentar o entendimento dos gestores municipais sobre os benefícios de investir em projetos ambientais que trazem resultados sociais.

Capacitação e Treinamento para os Gestores: Oferecer capacitação para que os gestores municipais compreendam o valor econômico e social dos investimentos ambientais e como esses podem alavancar o desenvolvimento local.

Projetos Comunitários de Sustentabilidade: Incentivar que os municípios invistam os recursos do ICMS Verde em projetos comunitários, como hortas urbanas e requalificação de áreas públicas, que trazem benefícios diretos para a população.

Impactos Potenciais da Reforma Tributária no ICMS Verde

A Reforma Tributária poderá alterar o modelo de distribuição de tributos, o que pode impactar o repasse do ICMS Verde. O novo sistema, que planeja um imposto único sobre bens e serviços, pode reduzir a autonomia dos estados para políticas tributárias próprias, afetando diretamente o ICMS Verde.

Proposta de Mitigação: Engajar-se no debate legislativo e propor emendas que preservem o repasse para políticas ambientais regionais, argumentando que o ICMS Verde gera impacto positivo na sustentabilidade e na qualidade de vida.

Conclusão e Recomendações

Consolidar o Caráter Social do ICMS Verde: Ressaltar que os recursos distribuídos impactam diretamente a qualidade de vida da população, promovendo saúde, inclusão e desenvolvimento sustentável.

Estabelecer um plano de ação, através da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) e Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) para engajar todos os municípios no uso consciente e produtivo dos recursos do ICMS Verde, demonstrando o retorno econômico, social e ambiental.



Realização



ABEMA

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

Patrocinadores

codeX

SCCON
GEOESPATIAL

SOS. MATA
ATLÂNTICA

Fundação
GrupoBoticário

CDP
ENCLOSURE INSIGHT ACTION

The Nature
Conservancy
Brasil

VALE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO